MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 27:552

Portugal é uma república corporativa. Contudo para as colónias ainda não foi promulgado diploma que defina com suficiente nitidez as regras a que devem obedecer a criação e funcionamento dos organismos corporativos e precorporativos.

Isso se compreenderá quando se atender a que a economia colonial não tem ainda a diferenciação e desenvolvimento da metropolitana, às dificuldades que o meio opõe à formação de qualquer organização e às arraigadas tradições individualistas existentes nos nossos domínios de além-mar.

É porém chegado o momento de estabelecer as bases fundamentais do regime corporativo colonial.

Propositadamente se adoptaram bases muito gerais e se deixou a necessária elasticidade, por forma a não tolher as soluções que a prática aconselhar.

A realidade e a experiência da vida económica determinarão as modificações que porventura seja necessário introduzir no presente diploma.

Não há que forçar as reais necessidades da produção, do comércio e do trabalho ultramarinos a conceitos pre-estabelecidos, mas apenas que disciplinar estas actividades, tendo em conta todas as circunstâncias existentes e os factores da sua prosperidade.

Assim se prevêem desde já diplomas que completem o presente e, porventura, até que modifiquem algumas das suas disposições.

Importa desde já salientar que não houve a pretensão de fazer trabalho definitivo e imutável, mas que, bem ao contrário, modestamente se admite a existência de lacunas e até de defeitos que a experiência pode revelar e que a seu tempo serão corrigidos.

Adoptou-se a legislação metropolitana, introduzindo-lhe as modificações que o meio colonial impõe, em primeiro lugar porque nesta matéria não há que innovar, antes convém, dentro das possibilidades, unificar normas; em segundo lugar porque as colónias assim podem beneficiar da experiência metropolitana.

A aplicação da presente legislação deve ser feita com grande prudência.

Nesta matéria, mais do que em qualquer outra, há que evitar precipitações, embora determinadas pelo mais louvável entusiasmo.

Para realizar obra duradoura importa caminhar devagar. Há que pôr de banda pressas que comprometem, que resistir até, porventura, a solicitações precipitadas.

O êxito da organização corporativa colonial está muito mais na mão dos governadores que a hão-de executar do que na excelência das providências legislativas que a condicionem.

Podem os governadores coloniais beneficiar da experiência metropolitana, evitando, com os ensinamentos dela tirados, escolhos e dificuldades.

Os organismos de nome corporativo existentes nas colónias nem sempre têm tido vida edificante. Bastará lembrar o Sindicato de Pesca de Mossâmedes para documentar esta afirmação.

Importa não repetir erros, que comprometem o crédito de uma organização que, quando bem posta a funcionar, tantos benefícios pode trazer à economia colonial.

Devem as colónias começar pela criação de organismos de coordenação económica, não tendo em vista atingir, de um jacto, a organização corporativa.

Foi êste caso longamente tratado na Conferência dos

Governadores Coloniais e aí fixadas as directrizes a seguir, que, bem entendido, têm de se adaptar ao meio próprio de cada colónia. Mas preferível será ter de início poucos organismos funcionando regularmente e cuja actividade corresponda à sua finalidade do que muitas instituições que não dêem satisfação.

É de insistir neste ponto, pois não haverá que censurar nem sequer fazer reparos pelo facto de qualquer colónia logo não criar muitos grémios e sindicatos.

Os governadores poderão estudar o funcionamento dos organismos metropolitanos, por forma a superiormente orientar a actividade dos que forem criados nas colónias.

Nestes termos legítima é a esperança de que o presente diploma traga todos os benefícios que dele se esperam.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição e tendo ouvido a Conferência dos Governadores Coloniais, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPITULO I

Artigo 1.º São declarados em vigor no Império Colonial Português os decretos-leis n.ºs 23:048, 23:049, 23:050, 24:715 e 26:757, com as modificações constantes dos artigos seguintes.

Art. 2.º Os decretos-leis citados no artigo anterior não se aplicam aos indígenas, cujo estatuto político, civil, criminal e económico e regime de trabalho continuam regidos pelas leis especiais em vigor.

Art. 3.º As funções atribuídas naqueles decretos ao Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social, ao Instituto Nacional do Trabalho e Providência e aos tribunais do trabalho são desempenhadas dentro de cada colónia e sem prejuizo da competência do Ministro estabelecida no n.º 16.º do artigo 11.º da Carta Orgânica do Império, respectivamente pelo governador, nos termos do n.º 16.º do artigo 37.º da mesma Carta Orgânica, pela Direcção dos Serviços de Administração Civil da colónia e pelos tribunais ordinários.

A Direcção dos Serviços de Fazenda procederá aos exames da contabilidade que a Administração dos Serviços da Administração Civil lhe solicitar.

Art. 4.º A iniciativa da criação de organismos corporativos e de coordenação económica nas colónias pertence exclusivamente ao Ministro das Colónias, ouvido o respectivo governador.

CAPITULO II

Art. 5.º Os grémios, sindicatos nacionais e os organismos de grau superior não abrangem em regra mais de uma colónia. Ao Ministro das Colónias incumbe criar, sempre que o julgar necessário ao desenvolvimento económico das colónias, os organismos de grau superior que abranjam mais de uma colónia.

§ único. Os grémios e os organismos de grau superior poderão ter uma delegação em Lisboa, sempre que para tanto forem autorizados pelo Ministro das Colónias ou que êste assim o determine.

Art. 6.º O Ministro das Colónias, logo que a constituição de organismos corporativos ou de coordenação económica em número ou qualidade bastante o aconselhe, poderá promover em cada colónia um colégio de organismos corporativos provido de funções políticas, nos termos em que fôr regulamentado.

Art. 7.º Os organismos corporativos estão dependentes do governo da respectiva colónia em todos os aspectos da sua acção que se desenvolva na colónia, a qual será por êle fiscalizada.

A acção dos organismos corporativos coloniais na

metrópole fica exclusivamente dependente do Ministro das Colónias.

Art. 8.º Os organismos corporativos subordinarão, em colaboração com o governo da colónia, os seus interesses aos interesses económicos da colónia, por sua vez subordinados aos interesses superiores da Nação.

Art. 9.º O âmbito de acção dos grémios e sindicatos nacionais varia segundo as exigências especiais de cada forma de actividade em cada colónia e é sempre condicionado pela coordenação dos elementos interessados no conjunto económico e social que superiormente fôr definido como mais conforme com o interesse colectivo.

Art. 10.º A sede do grémio ou sindicato nacional será por via de regra na capital da colónia.

Art. 11.º Os grémios ou sindicatos nacionais usarão da denominação: Grémio ou Sindicato Nacional dos (profissão) da colónia de . . .

§ único. As secções usarão da denominação seguinte: Secção de (localidade) do Grémio ou Sindicato Nacional dos (profissão) da colónia de . . .

Art. 12.º Os grémios ou sindicatos nacionais só se consideram constituídos e têm existência legal depois da aprovação dos respectivos estatutos, feita pelo Ministro das Colónias mediante portaria.

§ 1.º Qualquer modificação nos estatutos só é válida depois de superiormente aprovada pelo Ministro das Colónias mediante portaria.

§ 2.º A portaria aprovando os estatutos ou a sua modificação será publicada no *Boletim Oficial* da colónia respectiva.

Art. 13.º Podem fazer parte dos organismos corporativos os estrangeiros domiciliados nas colónias, mas é-lhes vedado, salvo na colónia de Macau, ocupar lugares da direcção ou da presidência das assembleas, e não poderão nunca intervir no exercício dos direitos políticos que venham a ser atribuídos aos mesmos organismos.

Art. 14.º Os presidentes dos organismos corporativos coloniais são da nomeação do Ministro das Colónias. Os restantes membros das direcções são eleitos pelos sócios. Ao presidente competirá sempre o direito de voto.

§ único. O presidente da delegação do grémio na metrópole será também de nomeação do Ministro, cabendo-lhe por igual o direito de voto.

Art. 15.º Desde a entrada deste decreto em vigor, e sob informação dos governadores de colónia, serão designados pelo Ministro das Colónias quais os organismos que participarão da eleição dos vogais eleitos do conselho do governo de cada colónia.

Art. 16.º A magistratura do trabalho fica, nas colónias, a cargo dos tribunais ordinários.

Art. 17.º A competência dos tribunais do trabalho é obrigatória ou facultativa.

§ 1.º A competência obrigatória abrange todas as questões entre organismos corporativos, as emergentes de contratos colectivos de trabalho e de desastres de trabalho, o contencioso das associações de socorros mútuos e dos organismos corporativos de previdência, e de um modo geral as que respeitam a disposições obrigatórias reguladoras da disciplina do trabalho.

§ 2.º A competência é facultativa em matéria de contratos individuais de trabalho, sendo, neste caso, as decisões do tribunal proferidas *ex-aequo et bono*.

Art. 18.º Nenhuma acção pode ser posta em juízo sem prévia tentativa de conciliação, levada a efeito pelo governo da colónia ou seus delegados.

Art. 19.º Nos julgamentos de questões emergentes de contratos singulares de trabalho ou nas quais se não tenha de fazer aplicação de direito estricto poderão os juizes fazer-se assistir de representantes dos organismos corporativos a que pertençam as partes em litígio, os quais terão voto consultivo.

Art. 20.º O processo será sempre sumário e do tipo oral e concentrado.

Art. 21.º Nos processos que corram perante os tribunais do trabalho haverá custas, nos termos seguintes:

1.º Uma quantia fixa nos processos dos desastres de trabalho em que decaiam os patrões ou as companhias de seguros, ou se prove a má fé do sinistrado a este decair;

2.º Uma quantia fixa, paga por ambas as partes, nos processos de arbitragem intersindical ou nas questões relativas à interpretação ou execução dos contratos colectivos de trabalho;

3.º 10 por cento das indemnizações fixadas na sentença nas questões emergentes de contratos individuais de trabalho.

§ 1.º Poderá ser lançada uma taxa anual e proporcional à receita sobre as associações de socorros mútuos, como indemnização pelos serviços prestados no contencioso do trabalho e previdência social.

§ 2.º As importâncias referidas nos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º deste artigo e no parágrafo anterior constituem receita do Estado.

Art. 22.º As associações profissionais de empregados e operários ou trabalhadores actualmente existentes nas colónias devem organizar os estatutos em conformidade com o presente decreto-lei e submetê-los à aprovação até 30 de Junho de 1937, data em que lhes será retirada a aprovação se não estiverem nestas condições.

CAPÍTULO III

Art. 23.º O Ministro das Colónias fica autorizado a constituir organismos com funções oficiais, destinados a coordenar e regular a vida económica e social das actividades que em cada colónia se ligam directamente aos produtos de exportação e importação.

Art. 24.º Os organismos de coordenação económica são do tipo seguinte:

- a) Comissões reguladoras de importação;
- b) Juntas de exportação;
- c) Institutos.

Art. 25.º Os organismos mencionados no artigo 24.º têm personalidade jurídica, e, assim, são susceptíveis de contrair obrigações e direitos, podendo nomeadamente possuir bens imóveis necessários à sua actividade.

§ único. São isentos de contribuições e impostos, durante cinco anos, os imóveis pertencentes aos organismos de coordenação económica.

Art. 26.º Os organismos de coordenação económica podem abranger:

- a) Uma colónia;
- b) Um grupo de colónias;
- c) Todo o território.

Art. 27.º Os organismos de coordenação económica que abranjam uma só colónia terão em regra a sua sede na capital da colónia; os que abranjam mais de uma colónia, mas não todas, terão a sua sede na capital da colónia onde a respectiva actividade fôr mais importante, ou em Lisboa; os que abranjam todo o território do Império terão a sua sede em Lisboa.

Art. 28.º Os presidentes das comissões reguladoras, juntas de exportação e directores do Instituto despacharão directamente com o governador da colónia onde os respectivos organismos tiverem a sua sede, ou com o Ministro das Colónias no caso de a sede ser em Lisboa.

§ único. O expediente correrá pela Direcção de Serviços de Administração Política e Civil das Colónias, e em Lisboa pela Direcção Geral do Fomento.

Art. 29.º Os organismos de coordenação económica que tenham a sua sede nas colónias poderão ter delegações em Lisboa, applicando-se, quanto às atribuições destas delegações e número de vogais da sua direcção, o que ficar determinado nos respectivos regulamentos.

Art. 30.º As atribuições que pelo decreto n.º 26:757 são cometidas ao Ministro do Comércio e Indústria são desempenhadas no Império Colonial Português pelo Ministro das Colónias e pelos governadores coloniais, nos termos do presente decreto.

Art. 31.º Os serviços de contabilidade e tesouraria dos organismos de coordenação económica serão regularmente inspeccionados e as suas contas julgadas pelas entidades competentes da colónia ou da metrópole, conforme a situação da sua sede.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 5 de Março de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Betten-court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Decreto n.º 27:553

Atendendo a que é de determinar, relativamente ao Banco Nacional Ultramarino e ao Banco de Angola, como estabelecimentos de crédito hipotecário nas colónias, providência análoga à que na metrópole, com relação à Companhia Geral de Crédito Predial Português, foi estabelecida pelos decretos n.ºs 19:521, 22:364 e 25:200, respectivamente de 28 de Março de 1931, de 29 de Março de 1933 e 1 de Abril de 1935;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial e ouvido o Conselho do Império Colonial Português;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. As aquisições de bens imobiliários feitas nas colónias pelo Banco Nacional Ultramarino e pelo Banco de Angola em execuções movidas contra os seus devedores pelos mesmos Bancos ou por outro credor, até cinco anos, a contar da publicação do presente decreto nos respectivos *Boletins Officiais*, ficam sujeitas ao pagamento de contribuição de registo por metade da taxa fixada na lei vigente nas respectivas colónias.

§ único. O disposto no presente artigo será extensivo à primeira transmissão desses imobiliários, incluindo os que estão actualmente na posse dos referidos Bancos e adquiridos em quaisquer execuções, se a transmissão se realizar dentro do mesmo prazo de cinco anos, a contar da data da publicação do presente decreto no *Boletim Official* da colónia onde o imóvel estiver situado.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 5 de Março de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Francisco José Vieira Machado.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Declara-se que, por despacho de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Finanças de 19 do corrente mês, foi concedida autorização para serem excedidos os duodécimos da dotação descrita no artigo 66.º, n.º 1), alínea a), do orçamento do Ministério das Colónias do corrente ano económico.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 26 de Fevereiro de 1937. — O Chefe da Repartição, *J. Dias Ribeiro*.